



E-Gov e a Participação Popular¹

Margarete Panerai ARAUJO ²
Universidade Metodista de São Paulo
Centro Universitário Feevale

RESUMO

A temática participação popular e gestão pública do e-gov vêm sendo motivo de novas pesquisas e investigações das ciências sociais aplicadas, parecendo concentrar muitas preocupações atuais de nossa sociedade. Os governos buscam novas orientações pautadas em programas políticos sob diferentes enfoques, de forma a avançar na construção de conceitos na formação para cidadania. Tal modelo de gestão vem sendo implementado no estado do Rio Grande do Sul. A metodologia de pesquisa utilizada corresponde às técnicas exploratórias, ainda parciais e com uma abordagem qualitativa. Objetiva-se aqui apresentar algumas bases de reflexão da implantação do e-gov, como política de expressão do compromisso social, e geradora de ações socialmente inovadoras de conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: E-gov; Formação Cidadã; Conhecimento Inovador.

Introdução

A avaliação de *sites* na administração pública demonstra que os portais oficiais comentam sobre a interatividade com os cidadãos, porém prevalece à oferta de informações apenas. A grande questão que se coloca é a adaptação dos governos a essas transformações e progressos tecnológicos que hoje representam o atual momento de transição. Frente ao novo modelo de arquitetura de informação e gestão do conhecimento que se apresenta às heranças acerca do papel da administração pública no novo contexto político do país baseiam-se ainda, nas reformas de estruturas administrativas e burocráticas, e também no jogo social, com objetivo de garantir reconhecimento das políticas de administração, e enfatizar o processo de modernização e implementação de desdobramentos inovativos.

Essas novas políticas de gestão estão caracterizadas pela sociedade da informação e apontam renovações no tecido social, das instituições representativas, nos direitos e políticas públicas e vem de encontro com a participação de toda a comunidade. A tarefa essencial, nos investimentos em tecnologia, por parte do governo brasileiro, segundo Lemos (2007), é que seja assegurado à população um melhor acesso, uma redução de custo, visto que a informação é indispensável para o

¹

Trabalho apresentado no GP de Conteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²

Pós-doutoranda na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)-Cátedra Gestão de Cidades junto a linha de pesquisa de Gestão Cidadã em Comunidades situadas em Regiões Metropolitanas. É Doutora em Comunicação Social pela PUCRS, professora-pesquisadora do Centro Universitário Feevale em Novo Hamburgo. E-mail: mpanerai@terra.com.br

funcionamento dos espaços sociais. Putnam (1996) apresenta que o modelo institucional deve se basear no modelo de governança, onde as demandas sociais, a interação política do governo e sua opção política representam à eficiência deste.

Assim, e-gov ou governo eletrônico, por exemplo, enquanto tema novo e amplo vem constituindo-se em uma proposta que permite reunir essas políticas de gestão renovadas. Os estudos e as ferramentas relacionadas a essa era digital, baseado em Lemos (2007) mostram alguns benefícios ao redor do mundo como o fortalecimento do processo de democratização, melhoria de prestação de serviços, transparência pública, eficiência na administração e nos gastos públicos e otimização dos funcionários.

O governo eletrônico atualmente apresenta-se como um modelo a ser seguido, um referencial e um espaço de potencialidades reservado a cidadania, aos serviços e a desburocratização. Porém, segundo Lemos (2007), ainda não há uma receita pronta para esse sucesso. Assim, questiona-se o desenvolvimento dessa política de informação e comunicação e a consolidação das bases para um novo comportamento de seus cidadãos usuários e revitalização da democracia no Rio Grande do Sul? Esta pesquisa está ligada ao programa de Pós-doutorado em Comunicação, Cidadania e Região vinculado a Cátedra Gestão de Cidades da Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. Assumindo um caráter multidisciplinar foi delimitada tendo como objeto de análise o governo eletrônico do estado do Rio Grande do Sul, através de seu plano de governo para 2007-2010 e demais relações com governo federal.

As demandas da sociedade aumentam constantemente e a capacidade de responder a estas alterações, segundo Castells (2002), devem introduzir produtos, práticas, fórmulas e métodos no mercado que expliquem as concentrações de produção e de inovação colaborando, com a mudança de paradigmas e com uma real interface de diferentes áreas do conhecimento. A importância deste artigo está em detectar o início de um processo de inovação que está sendo desencadeado no estado do Rio Grande do Sul e que pretende articular a participação popular, o conhecimento e a consagração de um modelo de gestão eletrônico, que hoje se torna referência federal no país. Pretende-se contribuir para o conhecimento de tal trajetória que pode levar a um novo entendimento do espaço social virtual nesse estado.

Os procedimentos metodológicos basilares centram-se em uma pesquisa exploratória que tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias. Quanto aos procedimentos utilizados o artigo é de natureza bibliográfica, documental e de campo. Sobre a pesquisa qualitativa, e a interpretação de

dados, segundo Flick (2004, p. 189), esse momento é o “ponto de ancoragem para a tomada de decisões sobre quais dados ou casos serão interligados na análise, e sobre a forma ou os métodos através dos quais eles devem ser coletados”. Assim, segue a fundamentação de algumas categorias.

2. Fundamentação teórica

2.1. Tecnologia de informação, comunicação e o conhecimento

É importante considerar o momento político e o cotidiano marcado por um forte desenvolvimento rápido e global da comunicação, onde a economia e a crescente internacionalização do mercado são movimentos mundiais de transformação, que acompanham, tanto facilidades, quanto dificuldades. O cenário nacional de reforma e redução de Estado proporciona social e ideologicamente, as mudanças estruturais evidentes na vida das cidades, com novas relações e repercussões.

Diante de questões como essas, emergem tentativas de compreender a sociedade como uma totalidade complexa, em que se analisa o homem social a partir de um conjunto de aspectos, de culturas e relações. O estado e a cidade são lugares privilegiados para formar o cidadão global, num contexto social em que o poder vem sendo pautado, cada vez mais e, somente pelo saber e pelo conhecimento.

Segundo Pinho (2008) é inegável que esse circuito esteja relacionado às tecnologias de informação e comunicação (TIC) nos últimos anos. A vida, segundo ele tem sido tomada pelas TICs, configurando, inclusive, um possível novo estágio do desenvolvimento das sociedades – a sociedade da informação e do conhecimento – que coloca não só enormes possibilidades de mudança social, como uma série de questões marcadas por ambigüidades e indefinições. Essa é uma preocupação sintonizada com os tempos atuais. Dessa forma, abordar a formação para a cidadania como um dos aspectos de oportunidade, e principalmente de conhecimento a participação é por excelência, tratar de um lugar, onde se faz experiências cotidianas e inovativas, onde se pensa em mudanças e possibilidades num conjunto complexo de relações sociais.

O conhecimento é socialmente moldado e sua construção, conforme Choo (2003) existe quando se reconhece o relacionamento sinérgico. Esses conhecimentos são complementares, mas sua converção necessita de combinações, que podem levar a capacidade de gerar, de adaptar/recontextualizar, de construir a inovação, a competência que ampliam o horizonte. Essas interações desenvolvem um conhecimento coletivo, que não corresponde simplesmente à soma de conhecimentos de indivíduos e organizações,

mas são geradas a partir dos vários tipos de interação; e altera-se na sua interseção com a circulação globalizada de informação e conhecimento.

2.2 O conceito de formação e suas atuais dimensões

Um “governo educador”, segundo Bernet (1999) tem também algo (ou muito) de utopia, mas não só isso. O estado do Rio Grande do Sul viveu e vive um momento desses. As propostas de participação popular como os Conselhos de Desenvolvimento Regional - COREDES, o Orçamento Participativo, os atuais Planejamentos Participativos, instituído pelas gestões governamentais passadas desencadearam rupturas sociais e instauraram procedimentos e iniciativas não praticados até então e canalizaram recursos públicos, para políticas sociais transformando as cidades e o estado no que Bernet (1999) chama de cidade educadora metaforicamente.

Os processos que envolvem a participação, a consulta, e o voto que mobilizam os grupos e movimentos sociais são constituídos por um sistema administrativo de planejamento composto por fóruns regionais e temáticos, tendo como meta principal incentivar os segmentos populares a deliberarem, de forma organizada, sobre os investimentos previstos para o conjunto da cidade e/ou estado. É o novo institucionalismo, segundo Putnam (1996) que dá atenção aos determinantes organizacionais. Nessa perspectiva, a dimensão marcante está na participação do povo e nas técnicas que são utilizadas pelo governo para a informação, comunicação e virtualidade junto aos conselhos representantes para fiscalizarem e definirem suas reivindicações e prioridades para cada região, restabelecendo o que Rawls (2000) apresentava como estatuto de liberdade, democracia e justiça.

Um sistema administrativo de participação quando instaurado, torna-se um instrumento símbolo, pois suas técnicas contribuem para esboçar um novo perfil do cidadão baseado nas relações sociais. Neste sentido, o que resulta são relações de forças simbólicas (BOURDIEU, 1989), que se manifestam estrategicamente, e à medida que esse aparelho de mobilização se fortalece, cresce também um processo institucional instaurado. O homem é um fazer-se constante por sua formação, que enquanto processo de construção incorpora todas as dimensões humanas.

A formação integral, neste sentido extrapola, pois consideram outros espaços da vida social, de convívios, percepções, sensações, vivências na construção do cotidiano e na auto-eco-organização. Neste sentido, vive-se num momento em que se torna necessário que nos apropriemos de “[...] novas linguagens, novas formas de pensar, e o

domínio [...] de desenvolver uma compreensão sobre caminhos que estão sendo percorridos pelas ações humanas na direção de simplificar processos, de condensar, transmitir e estocar informações [...]” (FAGUNDES, 1998, p.321).

É o chamamento à formação renovada que inclui novas dimensões. É entendida, conforme Tanguy (1998), como um movimento da adaptação dos homens e mais raramente nos últimos anos, como instrumento de democratização das relações sociais, na sociedade. Mas, essa tomada de posição frente às TICs garante autonomia através da participação em diferentes espaços e assimilação de informações diversas. É assim, que o processo de formação para o cidadão tem perspectiva de uma profunda mudança que foi acelerada pelo uso crescente de tecnologias e redes de comunicação interativas que acompanham e ampliam uma mutação na relação do saber com as capacidades cognitivas redefinindo possibilidades, oportunizando criação coletiva distribuída, aprendizagem cooperativa e colaboração em redes oferecidas pelo ciberespaço, segundo Levy (1999).

Para concretização desse tipo de mudança identificam-se os parâmetros difundidos pelo plano de ação da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (2009) que indica e aponta que os governos devem fortalecer a infraestrutura de redes de banda larga nacionais regionais e internacionais com inclusão de sistemas que contribuam para criação de capacidades necessárias e ajustamento da satisfação das necessidades dos países e dos cidadãos baseados nas TICs. Portanto, um conceito de governo educador tem diversos significados, é versátil e adquire uma função retórica, e consiste no reconhecimento de que as cidades educam.

O conceito de formação dessa educação vem ultrapassando os muros institucionais, pois a teia de relações estabelecidas pelos agentes, envolve a sociedade de informação. Assim, o acesso a informação se transforma em um potencial que desencadeia, um currículo oculto, um novo passaporte para a cidadania, uma autonomia seletiva frente à realidade. Estas novidades tecnológicas transformam valores, atitudes, comportamentos e conhecimentos, que segundo Platão, deve guiar o seu discípulo a fim de que ele possa perceber a beleza que existe nesses conhecimentos (RIBEIRO, 1998). Essa passagem é bastante significativa. Trata-se do chamamento a uma formação renovada, um fator diferencial com novas dimensões.

2.3. A categoria e-gov no setor governamental

Conforme Pinho (2008), e Rezende (2007) as TICs, Tecnologias de Comunicação e Informação têm se ampliado no setor governamental por meio do que se chama e-gov ou governo eletrônico, representando uma informatização de suas atividades internas e oportunizando a comunicação com o público externo, desde cidadãos, até fornecedores, empresas, ou ainda outros setores. Nota-se que os chamados portais governamentais, favorecem a demonstração de sua identidade, seus metas, suas realizações, possibilitando a concentração e disponibilização de serviços, informações, e o acesso.

A emergência desses espaços de comunicação e ambientes virtuais pressupõe uma desterritorialização que, conforme Levy (1999) encoraja um novo estilo de relacionamento independente dos lugares geográficos, do tempo, consolidando uma novidade absoluta. Essas políticas sociais são como um modelo estratégico de gestão e objeto de análise de formação e de conhecimento, bem como, suas demonstrações pode ser entendido como um conjunto de ações, visando orientação e integração do homem no contexto social.

São estratégias irreversíveis, segundo Lemos (2007), pois as mudanças são em todas as áreas e o reflexo é complexo e global. Isso evidencia ainda uma preocupação com o tema urbano, com o conteúdo que pretende combinar a cidade e suas políticas de tecnologia de comunicação e informação. Portanto, analisar uma proposta de formação para a cidadania através da utilização de meios digitais em portais eletrônicos e seus significados, enquanto símbolos de um sistema de informações codificadas é refletir sobre uma perspectiva de aperfeiçoamento democrático.

A cidade é um contenedor de educação, e a adoção de um modelo virtual, também é uma fonte direta, que gera processos estratégicos para prestação de serviços a sociedade. A adoção das TICs em seus processos de comunicação internos, bem como, na melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade destacam em importância o meio digital. O uso intensivo das TICs pelos cidadãos, empresas privadas e organizações não governamentais é notável e a migração da informação baseada em papel para mídias eletrônicas e serviços *online*, da internet, aumenta a cada dia, segundo Diniz *et al* (2009).

É comum associar a adoção das TICs a uma forma estratégica e intensiva de movimento de reforma do Estado, da modernização da gestão pública e da necessidade de maior eficiência do governo. Nesse sentido, desempenho, eficiência, eficácia, transparência, mecanismos de controle, qualidade do gasto público e prestação de

contas, relacionados ao processo de modernização da gestão pública, foram associados ao processo de construção de programas de governo eletrônico. O desdobramento desses temas em políticas públicas e iniciativas concretas, segundo Diniz *et al* (2009), passam a ser explicitadas nos planos de governo, e requerem o uso de tecnologia, tornando os programas de governo eletrônico elementos alavancadores de novos patamares de eficiência da administração pública.

Mas a cidadania é, assim, a raiz dos ‘direitos humanos’, segundo Demo (1996). Não desvinculando a questão da cidadania da capacidade produtiva dos indivíduos, o autor disserta sobre a sociedade capitalista, onde os conflitos estão colocados, como uma das questões centrais e esses desafios podem ser minimizados no acesso e no uso estratégico das TICs. Esses são os elementos viabilizadores de um novo modelo de gestão pública da sociedade da informação, chamado de governo eletrônico.

A autonomia vai se fundamentando na responsabilidade que o sujeito passa a assumir por seu próprio processo, onde os indicadores e a sua formação aparecem como um dos componentes principais embutidos na cultura, nos valores, normas, etc. Mas não é possível esquecer as críticas que vem sendo desenvolvidas a esses modelos imobilizantes. Em seu artigo Diniz *et al* (2009), descreve sobre isso e apresenta um modelo de referência proposto que pretende servir de suporte metodológico ao estudo e análise histórica de programas de governo eletrônico. Seu modelo teórico destaca que a administração pública deve propor e focar a construção e retenção do conhecimento dentro de uma própria região, em contrapartida ao simples consumo de fontes externas, que sejam efetivas politicamente, mas muitas vezes, incapazes de acomodar mudanças ambientais e tecnológicas, assim como, políticas integradas com outros setores, tais como educação e infraestrutura.

Uma cidade e/ou estado educador precisam ter, cenários claros, e grau de desenvolvimento da sociedade da informação, portanto, deve-se gerar processos educativos eventuais e/ou permanentes, que satisfazem necessidades e demandas pontuais ou passageiras. Estas situações educativas ocasionais vem sendo geradas até o presente momento de forma insipiente, mas a o uso acelerado das TICs permitem que as mesmas sejam utilizadas para dar apoio e melhorar as funções de governo e isso já se reflete no tecido social.

Dessa forma, as categorias pontuadas: conhecimento; o conceito de formação e o e-gov no setor governamental; sistematizam e destacam conceitos imprescindíveis para refletir sobre a temática das tecnologias de informação e comunicação e na

necessidade de gerar integração, desses conceitos para a compreensão de um salto qualitativo na formação da autonomia cidadã através das TIC's. esse sucesso. Assim, questiona-se o desenvolvimento dessa política de informação e comunicação e a consolidação das bases para um novo comportamento de seus cidadãos usuários e revitalização da democracia no Rio Grande do Sul

3.Resultados parciais

Apresenta-se nesta sessão uma análise primeira decorrente do atual momento da pesquisa, sendo o plano de metas e algumas propostas do governo do estado do Rio Grande do Sul, o ponto de partida para a construção desse referencial analítico. O governo ao assumir seu mandato estabeleceu seus planos de ação para todos os setores. Nesse sentido, um dos itens considerados mais importantes está associado a correlação entre a crise das finanças e a qualidade dos serviços públicos prestados.

Inicialmente foi pontuada a possibilidade de uma melhora na eficiência dos serviços, bem como, a necessidade de uma proposição inovadora na gestão pública que para melhorar a avaliação e a prestação dos atendimentos. Ao buscar uma nova racionalidade no mundo globalizado frente ao mercado econômico e demais empresas, o próprio governo procura manter características com foco na comunidade, através de uma ênfase na prática do desenvolvimento de ações sociais. Essas proposições aparecem como propostas políticas de um sistema, detalhado referente a modernização da gestão e governo eletrônico. Esse último prevalece, como um modo de gerenciar programas públicos, de forma que em cada área ficassem definidas prioridades, metas, indicadores de resultado e indicadores de esforço (que medem objetivamente o grau de esforço realizado pelos programas escolhidos pelo governo , ou seja a meta final) .

Nessa elaboração, busca-se então descrever constatações primeiras, de uma pesquisa em andamento, referente ao estabelecimento das relações formativas e implementação do e-gov. Considera-se que a utilização de uma forma inovadora, através do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na administração pública do estado, vem sendo englobada sob o rótulo do “Portal Tudo Fácil” (modelo de eGovernment), constitui-se atualmente apenas num gerenciamento de atividades com comunicação interna e externa. Dessa forma, a proposta de gerar junto à população um acompanhamento de forma transparente da eficiência do governo, ganhou um destaque futurístico.

[...] algumas das iniciativas importantes na área de modernização da gestão são as ações relacionadas à disseminação do “Governo Eletrônico”. O que entendemos como “Governo Eletrônico” vai muito além da simples introdução de novas tecnologias computacionais no serviço público. Trata-se da introdução de uma nova mentalidade que permita qualificar o serviço público com a utilização de novas tecnologias, economizar recursos e prestar melhores serviços ao cidadão (www.scp.rs.gov.br).

[...] para contextualizar, sobre o e-gov, ele tem três eixos fundamentais que é a sustentação dos processos, da questão tecnológica e da gestão. Ou seja, são três itens que devem ser estritamente equilibrados para a sua implementação (Entrevistado1).

Com o objetivo de atuar no cumprimento das demandas, com certa multidisciplinaridade, o governo do estado do Rio Grande do Sul, impulsionado por uma capacidade de exercer uma nova e completa forma de se relacionar com os movimentos sociais, de cumprir com o plano de governo estabelecido frente às circunstâncias protagonizadas de dificuldades; superou-se e investiu nas perspectivas básicas de infra-estrutura, usuários, especialistas e conjunto de políticas para promover a chamada sociedade da informação. Mas, as condições não favoráveis permitem hoje a compreensão de que o desenvolvimento será um processo político de longo prazo, conforme as políticas estabelecidas nos novos programas do governo.

[...] não há gaúcho que recentemente não tenha escutado algo sobre a gravidade da situação das contas públicas do Estado. O primeiro entendimento foi de que deve ser firmado é o de que a crise é estrutural e não conjuntural (www.estruturantes.rs.gov acesso em 24/05/2009).

Assim, essas repercussões sobre a crise financeira e política da máquina pública prejudicam a prestação de serviços básicos, resultando no chamado Pacto pelo Rio Grande, que pretende alavancar metas dentro dos programas estruturantes. Mesmo assim, os planos são estabelecidos para o pacto que significa combinar”, “pactuar”, em um contrato (daí o nome), os resultados que cada área do Governo do Estado pretende entregar como realização, a cada mês, a cada trimestre, até completar o ano.

[...] é necessário estabelecer um conjunto de indicadores para cada área de governo e, para cada indicador, uma meta a ser atingida. A contratualização permite, assim, desdobrar a estratégia de governo dentro de cada Secretaria, consensuando e definindo compromissos de Governo e resultados a serem entregues (www.estruturantes.rs.gov acesso em 24/05/2009).

Os Programas Estruturantes atendem aos três eixos estabelecidos pelo governo para retomar o crescimento do Rio Grande do Sul: Desenvolvimento Econômico Sustentável, Desenvolvimento Social e Finanças e Gestão Pública. O modelo de gestão é construído tendo como base àquilo que é o objetivo primordial do Governo do Estado:

a promoção do crescimento com qualidade de vida para todos os gaúchos. Aqui as estratégias para atingir suas metas são

[...] diversas iniciativas de comunicação, tanto internas, para os servidores públicos, como externas, para o conjunto dos cidadãos gaúchos. Assim, com a transparência que caracteriza este governo, trazemos informações simples, atualizadas e completas sobre o conjunto de ações que o Governo do Estado vem implementando para melhorar a vida do cidadão (www.estruturantes.rs.gov acesso em 24/05/2009).

[...] vou falar sobre o portal de comunicação que hoje é um canal, tem o fale conosco, onde a população busca informações sobre os projetos do governo. [...] essa estrutura está montada e pretende-se ampliar (Entrevistado 1).

Incluíram-se as alternativas de obtenção de uma técnica de gestão que não depende de mais recursos, mais pessoas ou de alterações, mas de uma nova postura de gestão do estado. As iniciativas na área de modernização, da gestão são as ações relacionadas à disseminação do “Governo Eletrônico”. Ou seja, a introdução dessa nova mentalidade que permita qualificar o serviço público com a utilização de novas tecnologias, economizando recursos e prestação de serviços ao cidadão. Pode-se perceber que o Portal Tudo Fácil pretende representar o início desse processo.

As propostas de práticas do “Governo Eletrônico”, devem ser entendidas como parte de uma nova cultura na gestão pública, ainda não implementada completamente. Mas, a simples disponibilização de novas ferramentas computacionais em nada adiantará para a gestão pública se estas não estiverem associadas aos novos princípios de gestão comentados anteriormente. Todavia, quando inseridas num contexto de prestação de serviços públicos que procura maximizar resultados de informações e minimizar custos, o uso dessa nova tecnologia se mostra muito adequado, porém, apenas como um canal de comunicação. Hoje, esses sistemas envolvem informações dos demais programas prioritários de governo, a instituição de um sistema de avaliação de produtividade do setor público estadual. Dessa forma, fica claro que disseminar as práticas de governo eletrônico como um instrumento de modernização da gestão é, conforme afirma Diniz *et al* (2009), uma perspectiva tecnológica de alta relevância na análise histórica desse programa, mas ele propõe uma abordagem metodológica para a análise do Programa de Governo Eletrônico apoiada em um modelo de referência que incorpora todas as suas diversas etapas. Lemos (2007), Pinho (2008), Rezende (2007), apresentam o governo eletrônico como uma prática dinâmica e participativa, porém o portal do Rio Grande do Sul, ainda pretende buscar essa qualidade relacionamento, acessibilidade às informações, alianças estratégicas e redes para a interação com os representantes.

4. Considerações finais

Com essas referências de reflexão, pode-se inferir que atualmente o governo do estado do Rio Grande do Sul vem articulando propostas, políticas, ideias, produção intelectual, eixos e metas, com um sentido de renovar seu sistema de gestão, de aprendizagem, de práticas e relações, através de uma nova concepção de conhecimento de inovação voltada para a temática do e-gov. Assim, segue regras estabelecidas pelo governo federal, porém vive um momento de transição, uma fase de adaptação. Questionou-se o desenvolvimento dessa política de informação e comunicação e a consolidação das bases para um novo comportamento de seus cidadãos usuários e revitalização da democracia no estado no início desse artigo. Para tanto, é necessário uma metodologia adequada para analisar e identificar os canais de comunicação, informação e serviços *on-line* oferecidos.

Os estudos realizados até o momento, tem conduzido a análise a algumas conclusões. Há uma falta a interatividade, pois o Portal Tudo Fácil apenas apresenta informações a algumas facilidades nos pagamentos. O contexto social, político e econômico que envolve a emergência dessa proposta de gestão geram novos valores para a sociedade, e deveriam garantir, portanto, um novo lugar de manifestação no cotidiano que não apenas um processo de implantação a longo prazo.

O conhecimento e a formação para cidadania vinculam-se a essa pluralidade de temas que envolvem a sociedade civil junto as TICs permitindo uma correspondência, que é resultado da modernidade nas relações sociais, exigindo saberes diversificados, cada vez mais complexos, que colaboram na construção desse novo paradigma social. Na busca de canais constantes de interlocução entre cidadãos e os governos eleitos, a democracia pode consagrar uma saudável união entre os conceitos de modernidade e participação. É um marco importante a participação popular nas decisões do governo estadual, pois as possibilidades futuras de que todos os cidadãos estejam em condições de utilizar os instrumentos do "governo-eletrônico", mesmo aqueles com menores capacidades "digitais", em regiões mais remotas, com menores ganhos financeiros, com exigências especiais mentais ou físicas poderão acessar dados, participar, votar e utilizar serviços nos *web sites* estaduais, conforme afirma Fugini, Maggiolini e Pagamici (2005)

A cidade e o estado, como agente educativo, têm seu currículo, seus planos. É possível dizer que cada local possui seu próprio “currículo oculto”, ainda que neste caso, seu resultado não seja bem visível. Este currículo implícito é o conjunto formado por aquilo que transmite: elementos da cultura, formas de vida, normas e atitudes

sociais, valores, tradições, costumes, expectativas, etc. Fazendo uso do texto de Bernet (1999), um estado ou cidade que quiser se assumir como verdadeira e positivamente educadora deve, em primeiro lugar, tratar de elucidar este currículo implícito. Deve identificar os conteúdos do mesmo: que valores e contravalores impregnam o tecido urbano, que atitudes são geradas nos cidadãos. E, em segundo lugar, deve tentar transformar este currículo implícito em currículo desejável. Obviamente, quando se fala aqui de “currículo”, esse tem sentido figurado.

O vínculo social ainda está ausente no Rio Grande do Sul. Os portais eletrônicos em quase todas as capitais do país oferecem muitos serviços aos seus cidadãos, com boa navegabilidade, conforme Lemos (2007). De modo geral, não se trata de transformar tudo em um mundo virtual, mas sim de promover a formação de uma cidadania a partir de diferentes interfaces, assim a informação será um recurso indispensável para os espaços sociais urbanos. Dessa forma, acredita-se que a nova abordagem contratual passa a ser um pacto informativo.

Referências:

BERNET, Jaume Trilla. **Ciudades educadoras: bases conceptuales.** In: Propuesta Educativa. Buenos Aires-Argentina: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico S.R.L., nº16, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico.** Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro Rio de Janeiro: 1989.

CASTELLS, Manuel. **La era de la información. Economía, sociedad y cultura.** Madrid: Alianza Editorial, 2002.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento:** como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo, SP: SENAC São Paulo, 2003.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DINIZ, Eduardo Henrique; BARBOSA, Alexandre Fernandes; JUNQUEIRA, Álvaro Ribeiro Botelho; PRADO, Otavio. [O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análises](#) Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, vol.43 no.1, p. 23-48, Jan./Feb., 2009.



FAGUNDES, Lea da Cruz; BASSO, Marcus Azevedo. **Identidade Social e a Construção do conhecimento**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, 1998.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FUGINI, M. G.; Maggiolini, P.; PAGAMICI, B. [Por que é difícil fazer o verdadeiro "Governo-eletrônico"](#) Revista Produção, São Paulo, vol.15, no.3, p.300-309, Sept./Dec. 2005. FUGINI, M. G.; Maggiolini, P.; PAGAMICI, B. { HYPERLINK http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132005000300002&lang=pt |Por que é difícil fazer o verdadeiro Governo-eletrônico

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 1. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 1999.

LEMONS, André. **Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

PINHO, José Antonio Gomes de. [Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia](#) . Revista da Administração Pública, Rio de Janeiro. Vol.42 no. 3, p. 471-493, May/June 2008 . {HYPERLINK http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000300003&lang=pt |Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996.

RAWLS, John. **Justiça e democracia**. 1. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000.

REZENDE, Denis Alcides. [Planejamento de informações públicas municipais: sistemas de informação e de conhecimento, informática e governo eletrônico integrado aos planejamentos das prefeituras e municípios](#). Revista da Administração Pública Rio de Janeiro vol.41 no. 3, p. 505-536, May/June 2007.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Platão: ousar a utopia**. São Paulo: FTD, 1988.



TANGUY, Lucie. Mudanças técnicas e recomposição dos saberes ensinados aos operários do discurso à prática. In **Formação e trabalho e competência: questões atuais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

_____ & ROPÉ, Françoise **Saberes e competências: o uso de tais noções na empresa e na escola**. São Paulo: Papirus, 2002.

Plano de governo Yeda Crusius período 2007-2010 disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/uploads/planoGovernoYeda_2007_2010.pdf> Acesso em 24/05/2009.

<<http://www.estado.rs.gov.br>> Acesso em: 24/05/2009.

Programas Estruturantes disponível em: <<http://www.estruturantes.rs.gov.br/>> Acesso em 24/05/2009.

Programa Tudo Fácil eletrônico disponível em <http://www.scp.rs.gov.br/principal.asp?conteudo=texto&cod_texto=1683&cod_menu=493&cod_menu_esq> Acesso em: 24/05/2009.

Plano de ação da cúpula Mundial sobre a sociedade da Informação. Disponível em: <(http://www.itu.in/wsis/documents/doc_multi.asp?lang=en&id1160/0)> Acesso em: 20/04/2009.